

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

AGÊNCIA

BLC

N⁰ ACE/ANO

063159 87

TOTAL FLS.

006

SIGILO

W

FLUXO DO PROCESSO	DATA	RUBRICA	CH SE (SS) ou ANALISTA	
ENTRADA NA SE (SS) PSQ ARQ	27 AGO 1987		VALIDADE INICIAL 02 (Dias)	SE (SS) RESPONSÁVEL 24-11
REMESSA AO DI	02 SET. 87		NOME LEGÍVEL	RUBRICA
ACE PROCESSADO	17.09.87			

ACESSO INICIAL									
B	I	C							

DOCUMENTOS	Nº ORD	TIPO/Nº/ÓRGÃO/ANO	PRG/ANO
		01	RR1/00030/200/BIC/87
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			

[illegible]

ENCONTRO DE GOVERNADORES DO PMDB.

Realizou-se, em 14 de janeiro de 1987, na Comissão de Finanças do Senado Federal, um encontro da Direção Nacional do PMDB com vinte e dois governadores estaduais eleitos, em 15 de novembro de 1986, pela legenda do partido, e os ministros das seguintes pastas:

- Fazenda, Dilson Domingos Funaro;
- Planejamento, João Sayad;
- Trabalho, Almir Pazzianotto Pinto;
- Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco.

A mesa diretora do evento, que se desenvolveu a portas fechadas, foi presidida pelo presidente do PMDB, deputado Federal Ulysses Guimarães (SP).

A tranquilidade que se verificou no decorrer da reunião foi quebrada em razão de um incidente ocorrido entre o fotógrafo do Jornal do Brasil, José Varella, e os seguranças do Senado Federal que, a pedido do deputado Ulysses Guimarães, retiraram, o aludido fotógrafo da sala de reunião empregando força, socos e empurrões.

Ao final do encontro, foi distribuída uma nota (Z7: "A") destacando, entre outros, os seguintes assuntos:

1. apoio da Direção nacional do PMDB ao presidente José Sarney, para que realize as mudanças que o país tanto aspira;
2. uma distribuição de renda compatível com a sociedade democrática;
3. uma política de crescimento econômico com pleno emprego e estabilidade de preços;
4. tratamento soberano da dívida externa;
5. o fortalecimento da federação.

Z2: W/QS4/00002/110/B1C/090187. OK

Z7: "A" - Nota distribuída pela direção do encontro.

CORREÇÃO DA SE-623

ONDE SE LÊ	LEIA-SE
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Z1: DPT/1

W/RR1/00030/300/B1C/160187/02

CONFIDENCIAL

A Direção Nacional do PMDB reunida com os Governadores dos Estados eleitos sob sua legenda, em 15 de novembro, manifesta sua firme confiança na decidida vontade nacional de construirmos, juntos, pacificamente, uma sociedade democrática, moderna, próspera e justa.

Estamos à véspera da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, convocada para definir as instituições livres e organizatórias do país; e acabamos de sair da eleição popular, que marcou mais uma etapa importante do processo de democratização nacional.

Na oportunidade deste encontro, vimos trazer nosso decidido apoio ao Presidente Sarney, para que realize as mudanças profundas que o país aspira e pelas quais o povo tem sucessivamente se manifestado pelo voto e nas praças públicas.

Afim de possibilitar essas mudanças, no menor tempo e sem desvios e traumas, apoiamos a iniciativa de um amplo entendimento nacional.

Temos o dever - que decorre da inequívoca legitimidade das urnas livres - de apresentar nossa visão e nossa proposta diante dos problemas que preocupam a Nação, carente de inadiáveis soluções conjunturais e estruturais.

A 15 de novembro, o país realizou sua primeira eleição livre há mais de vinte anos, constituindo-se em um passo decisivo na transição do autoritarismo para a Democracia. A Democracia é a condição necessária do desenvolvimento dos povos. Seus objetivos estão ligados aos valores

fundamentais da vida, que são: as liberdades a cidadania, a justiça social, o bem-estar da população.

A Democracia é forte, sobretudo porque assegura o direito à livre manifestação dos cidadãos e de todas as organizações sociais. A desobediência das suas leis deve ser respondida com as penas da lei.

Vamos vencer o clima de perplexidade e até mesmo de derrotismo que se pretende, repentinamente, estabelecer.

A que interesses inexplicáveis pode servir?

A crise que nos envolve pode e deve mobilizar-nos para as decisões corajosas que o destino desta grande Nação exige de todos nós.

O povo brasileiro, de forma adulta e madura, claramente tem dito que sabe o que quer e o que não quer:

1. Não quer a inflação alta, desmedida, que corrõe os salários, impede o esforço creativo dos empresários no árduo campo do mercado, abriga a especulação financeira e a taxa de juros, criminosa e estéril, que precisa ser controlada firmemente, para não tornar-se destruidora das iniciativas saudáveis, ~~para~~, afinal, desorganizar a economia.

2. Não quer a recessão que paralisa a atividade produtiva, nega o emprego, reduz os salários, pratica o genocídio. impõe friamente a brutalidade da miséria, da violência e da fome, para destruir o mercado interno, que é o grande patrimônio da economia nacional.

3. Não quer a corrupção, sob nenhum disfarce, nem o regime da incompetência, do tráfico de influência impune, do parasitismo, do clientelismo, do desperdício irresponsável, que desacreditam e aviltam a administração da coisa pública.

4. Quer o crescimento da economia como princípio norteador do progresso social, ajustado a uma rápida e efetiva redução da desigualdade nas oportunidades de vida do nosso povo.

Somos um país campeão de desigualdades escandalosas. O crescimento do sistema produtivo é indispensável para assegurar emprego a milhões de brasileiros e para interromper a velha prática perversa, ineficaz, que nunca deu certo, de resolver as crises econômicas e financeiras pelo sacrifício dos assalariados e dos humildes.

5. Quer a política da distribuição de renda compatível com a sociedade democrática. A política do salário justo, que preserve sempre o ganho real conquistado, nunca admita a perversidade do arrocho salarial e, a partir de um salário mínimo que atenda ao real custo de uma vida digna para a família do trabalhador. O desenvolvimento econômico deve ter um nítido compromisso com esse objetivo e para isso assegurar a produção prioritária de bens e serviços de consumo popular. O Brasil não mais permite que se repita que "o país está bem e o povo vai mal".

6. Quer o tratamento soberano da dívida externa. O controle do seu pagamento submetido aos imperativos do desenvolvimento nacional. A dívida que resultou, em grande parte, da imposição unilateral, não pactuada, ilegítima das taxas de juros insuportáveis, não pode ser resgatada com o sofrimento e a fome do povo, no compromisso inesquecível do Presidente Tancredo Neves secundado, posteriormente, pela afirmação corajosa do Presidente Sarney.

Apoiaremos a decisão da suspensão de parte da dívida, e a limitação da transferência de remessas para o exterior por prazo a ser estabelecido, vinculada percentualmente aos valores da exportação ou do nosso PIB, bem como a redução preferencial da taxa de juros, de modo que possamos dispor da nossa poupança para os investimentos indispensáveis ao aumento da produção nacional.

7. Quer o Estado de direito democrático, no governo transparente, austero, participativo, eficiente, presente no processo do desenvolvimento econômico capaz de defender o aprofundamento dos nossos controles tecnológicos e científicos, inclusive o da política nacional de informática, e capaz de realizar um papel compensatório na redução das desigualdades sociais e regionais.

8. Quer o fortalecimento da Federação que desconcentre o poder em favor dos Estados e Municípios. Para isso é imprescindível e urgente uma reforma tributária com mecanismos compensatórios suficientes para assegurar a igualdade no atendimento das necessidades básicas de nossas populações, preocupando-se, inclusive, com a programação justa dos investimentos públicos. E igualmente uma Reforma Tributária, de emergência, cujo estudo deve começar imediatamente, com a participação dos representantes de todos os Governos estaduais, para a ordenação do saneamento da realidade financeira dos Estados, suas dívidas e custeio administrativo.

9. Quer a efetivação imediata da reforma agrária sobre as terras improdutivas; bem como a de uma reforma fundiária que assegure o melhor uso social do espaço urbano e viabilize uma política de habitação mais humana.

O PMDB reafirma seus compromissos históricos e permanentes com a luta do nosso povo, para definitiva conquista das liberdades populares e da construção de uma sociedade de bem-estar para todos os brasileiros, na pátria soberana e próspera.

Brasília, em 14 de janeiro de 1987

FIM